

Desafios da Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS

II Congresso Pernambucano do Trabalho Seguro

Recife 25 de novembro de 2015

LEI 8080 institui o Sistema Único de Saúde

Parágrafo 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

atendimento ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliações e dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;

avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;

V - informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

VI - participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas;

VII - revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais; e

VIII - a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.

Art. 2º A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora tem como finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observados pelas três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador com ênfase na vigilância, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.

PORTARIA Nº 1.823, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

O método de Visat

Atividade/Risco/Agravo/Território

Ação

Participativa e integrada
interdisciplinar e intersetorial
de articulação entre as Vigilâncias
de Vigilância em Saúde
de articulação entre a Promoção da Saúde
e a Atenção Básica

Objeto

Relação Processo de Trabalho com a Saúde

objetivo

Redução de riscos e morbimortalidade

Ações Sistemáticas – Contínuas

Informação

Análise

Difusão

Intervenção

➤ **Estratégias nacionais**

✓ **Temáticas**

- Vigilância dos acidentes de trabalho
- Visat e Saúde mental
- Saúde do trabalhador rural (VPEA/PNSIPCFA)

✓ **Transversais**

- Formação
- Informação
- Articulação intra e interinstitucional
- Participação dos Trabalhadores

➤ **Indicadores de acompanhamento**

Ações de Visat	Inspeção Sanitária em Saúde do Trabalhador por município sede de Cerest - SIA/SUS (jan2014/dez2014)	Prioridades por indicadores			Grau de prioridade de atuação CGSAT/2014
		Municípios que notificam Sinam	Vigilância da Situação de Saúde dos Trabalhadores por município sede de Cerest - SIA/SUS (jan2014/dez2014)	Atividade Educativa em Saúde do Trabalhador por município sede de Cerest - SIA/SUS (jan2014/dez2014)	
1	1	1	1	1	5
1	1	2	1	1	6
2	1	1	1	1	6
2	1	1	2	1	7
2	1	1	2	1	7
1	1	1	2	2	7
2	1	1	2	1	7
1	1	1	3	2	8
1	1	2	2	2	8
2	1	1	2	2	8
2	2	1	2	2	9
3	1	1	2	2	9
2	1	1	3	2	9
2	1	1	2	3	9
2	1	1	3	2	9
4	1	1	2	1	9
4	1	2	2	1	10
2	1	1	3	3	10
2	1	3	2	2	10
3	1	3	2	2	11
3	2	1	3	3	12
3	4	1	2	3	13
3	2	2	4	3	14
2	4	2	4	3	15
4	4	1	4	3	16
3	4	2	4	4	17
4	4	3	4	4	19

PORTARIA Nº 1.206, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013 - ANEXO II

01.02.02.001-9 VIGILÂNCIA DA SITUAÇÃO DE SAÚDE DOS TRABALHADORES

Descrição:

- ✓ Identificar o **perfil de saúde da população trabalhadora** caracterizando o território, o perfil social, econômico e ambiental dessa população;
- ✓ Realizar levantamentos, monitoramentos de **risco à saúde dos trabalhadores e de populações expostas**, acompanhamento e registro de casos, inquéritos epidemiológicos e estudos da situação de saúde a partir dos territórios;
- ✓ Caracterizar os **perfis de morbidade e mortalidade** e sua relação com os ambientes e processos de trabalho, condicionantes ambientais e outro;
- ✓ Analisar a **situação de saúde dos trabalhadores**, identificando as situações de maior gravidade, lacunas e prioridades para o planejamento das intervenções.

PORTARIA Nº 1.206, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013 - ANEXO II

01.02.02.003-5 INSPEÇÃO SANITÁRIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

Descrição:

A inspeção sanitária é uma ação fundamental da **vigilância dos ambientes e processos de trabalho**. É desenvolvida por meio da **observação direta do processo de trabalho, de entrevistas com trabalhadores e de análise de documentos**.

A observação realizada deve destacar os **aspectos técnicos, epidemiológicos e sociais do ambiente, das atividades e do processo de trabalho em foco**.

Observação da forma de trabalhar, da relação do trabalhador com os meios de produção e da relação dos meios de produção com o ambiente.

É a ação geradora de uma **intervenção de redução dos riscos à saúde dos trabalhadores** relacionados a um ambiente, a uma atividade ou a um processo de trabalho.

Intervenção de redução de riscos à saúde dos trabalhadores

ações reguladas

ações negociadas

ações diretas e indiretas

processo de reabilitação

vigilância de riscos e agravos

vigilância no território em conjunto com atenção básica

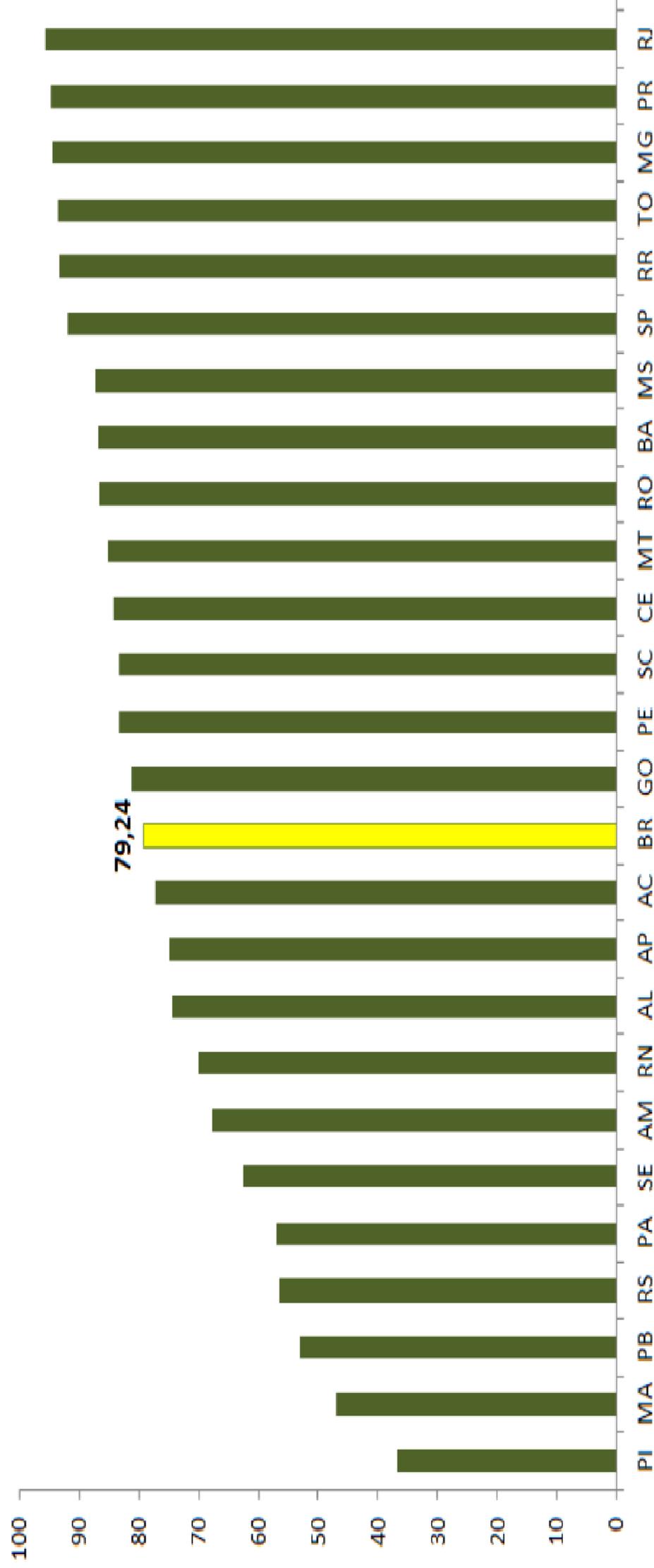
Vigilância por cadeia produtiva, setorial e por atividade

Notificações por Município de Residência de Agravos e Doenças Relacionados
ao Trabalho no SINAN - 2014:
Região Nordeste – Aspectos Demográficos

Mun_NE	%_Mun	%_Notif	Taxa (X 100.000)	%_Mun_não Notif
até 10 mil	33.72 (n. 605)	3.52	69.36	61.98 (n. 375)
Até 50mil	56.74 (n. 1.018)	24.72	45.16	27.79 (n. 283)
Maior de 50 mil	6.35 (n. 114)	14.03	36.94	4.38 (n. 5)
Maior que 100 mil	3.17 (n.57)	57.72	79.60	0.00
total	(n. 1794)	(n. 14.537)	63.72	36.95 (n. 663)

Percentual de municípios com notificação de doenças e agravos Relacionados ao Trabalho de **Notificação Compulsória Universal** Acidentes Graves e Fatais, Acidentes por Material Biológico e Intoxicação Exógena Relacionada ao Trabalho).

Linha de base: 2014. (SINAN)

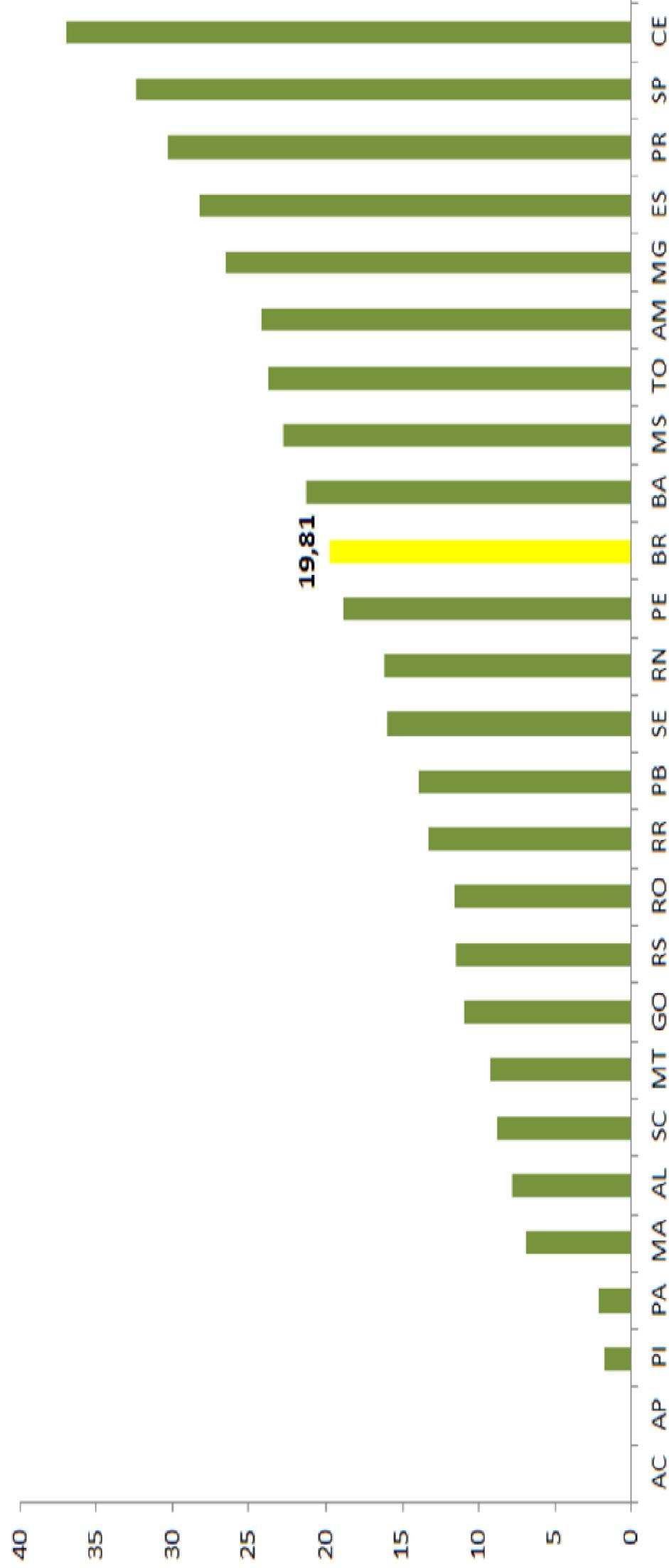


Acidentes Graves e Fatais em Menores de 18 anos SINAN - UF - Brasil

UF Residência	2010		2012		2014		2007 a 2014	
	Grave	Fatal	Grave	Fatal	Grave	Fatal	Grave	Fatal
Rondônia	2	0	11	0	35	0	80	2
Acre	3	0	4	0	8	0	31	0
Amazonas	15	0	15	0	16	0	87	1
Roraima	5	0	19	0	17	0	79	0
Para	0	0	17	0	17	1	80	1
Amapá	4	0	20	0	5	0	79	1
Tocantins	30	2	14	1	36	1	155	9
Maranhão	18	0	24	1	15	2	127	3
Piauí	4	0	4	0	10	1	43	3
Ceara	43	0	84	2	57	1	385	4
Rio Grande do Norte	8	1	27	0	11	0	100	1
Paraíba	9	0	28	0	20	0	132	2
Pernambuco	8	0	37	1	30	0	142	1
Alagoas	9	0	44	0	24	0	216	1
Sergipe	8	0	4	1	2	0	29	2
Bahia	44	1	38	1	64	1	287	6
Minas Gerais	89	1	275	6	264	6	1.250	22
Espirito Santo	0	0	5	0	13	0	26	1
Rio de Janeiro	25	0	75	2	76	0	362	5
São Paulo	1.299	7	2.002	7	1.558	4	10.439	33
Paraná	99	2	290	6	344	4	1.333	30
Santa Catarina	92	1	152	2	93	0	681	5
Rio Grande do Sul	7	0	44	2	153	3	347	9
Mato Grosso do Sul	23	0	51	0	47	1	222	1
Mato Grosso	52	1	72	2	79	0	367	7
Goiás	49	1	87	0	158	5	512	6
Distrito Federal	1	2	3	0	0	0	45	5
Brasil	1.946	19	3.446	34	3.152	30	17.591	161
	99,03%	0,97%	99,02%	0,98%	99,06%	0,94%	99,09%	0,91

Percentual de municípios com notificação de doenças e agravos de notificação compulsória a serem monitorados por meio da Estratégia de Vigilância em Unidades Sentinelas.

Linha de base: 2014. (SINAN)



<u>ção de Risco para Acidente Fatal por conjunto de</u> <u>mpação por grandes regiões</u>	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO - OESTE	BF
BALHADORES AGROPECUARIOS, FLORESTAIS E DA PESCA	6.18	3.86	3.78	4.13	4.31	3
BALHADORES DA PRODUCAO DE BENS E SERVICOS INDUSTRIAIS	6.48	7.71	3.54	2.22	6.59	3
rista	1.70	2.43	3.60	2.69	1.94	2
Classificados	1.93	2.59	1.65	2.35	0.47	1
BALHADORES EM SERVICOS DE REPARACAO E MANUTENCAO	1.40	0.89	1.42	1.61	1.22	1
BALHADORES DA PRODUCAO DE BENS E SERVICOS IND (Processos nuos)	0.33	1.17	1.64	0.95	0.89	1
trução Civil	0.43	0.46	1.00	0.72	0.72	0
BROS SUPERIORES DO PODER PUBLICO, DIRIGENTES DE ANIZACOES DE INTERESSE PUBLICO	0.54	0.35	0.42	0.67	0.43	0
BALHADORES DOS SERVICOS, VENDEDORES DO COMERCIO EM AS E MERCADOS	0.18	0.41	0.41	0.48	0.49	0
FISSIONAIS DAS CIENCIAS E DAS ARTES	0.36	0.62	0.26	0.37	0.14	0
NICOS DE NIVEL MEDIO	0.69	0.14	0.23	0.38	0.57	0
BALHADORES DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0.09	0.16	0.22	0.21	0.14	0

Durante o ano de 2014, o Cerest desenvolveu:

	Ações sistemáticas e programadas de análise de situação de saúde?	Programas especiais por agravo	Programas especiais por risco	Programas especiais por ramo de atividade ou categoria profissional
Sim	130	132	117	140
Não	72	69	84	62
Não completo	2	3	3	2
Não Respondeu	4	4	4	4

Número de Cerest que desenvolve programa especial por agravo

Agravo	Número de Cerest
Acidente com exposição a material biológico	74
Acidente de trabalho grave ou fatal	92
Acidente de trabalho grave em menores de 18 anos	60
Intoxicação exógena relacionada ao trabalho	63
Câncer relacionado ao trabalho	17
Dermatoses ocupacionais	14
LER/DORT	62
Perda auditiva induzida por ruído (PAIR)	42
Silicose ou outra doença do sistema respiratório	22
Saúde ou transtornos mentais	57
Violência relacionada ao trabalho	16
Outros	15
Não completo	72

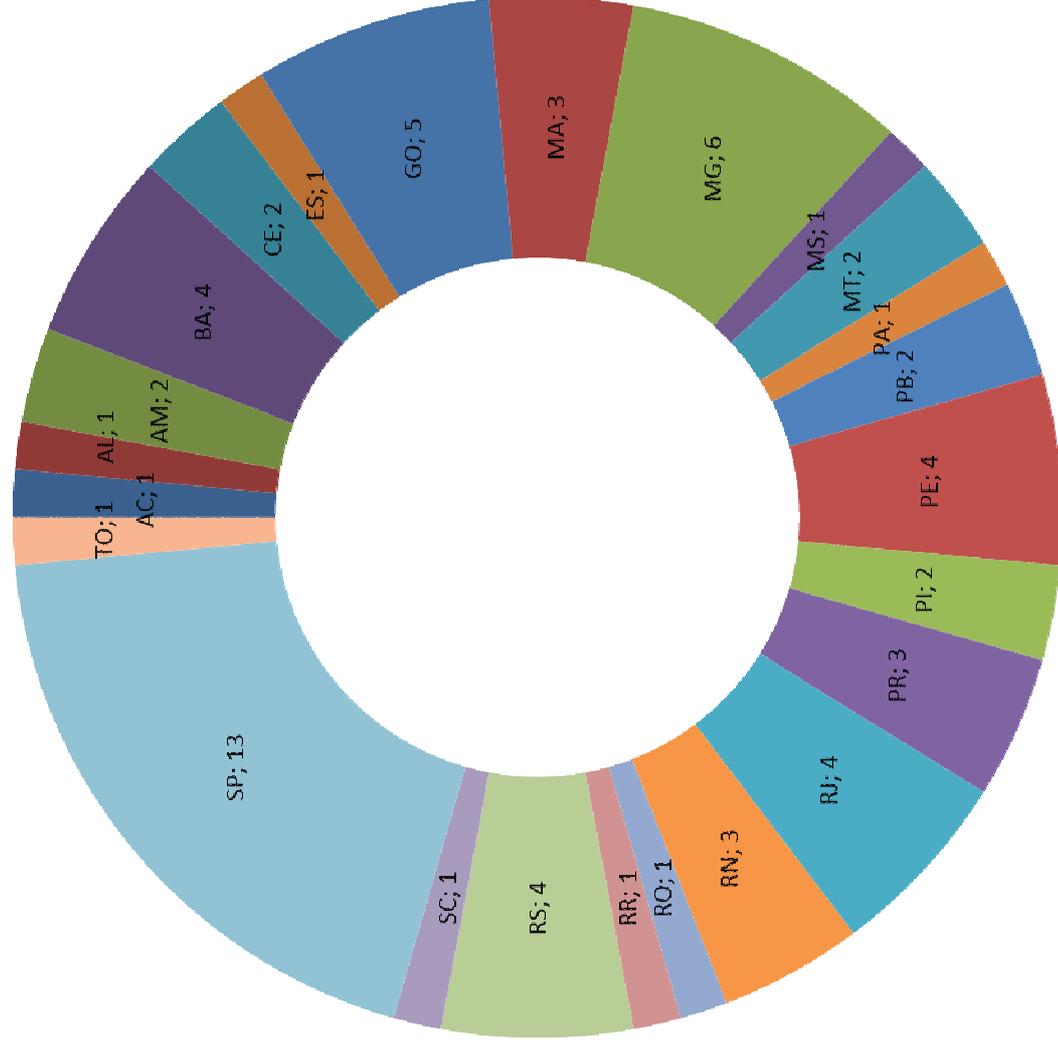
Número de Cerest que desenvolve programa especial por ramos de atividade

Ramo de atividade	Número de Cerest
Transporte	39
Trabalho rural	68
Postos de gasolina	45
Frigoríficos	30
Saúde	77
Construção civil	58
Telemarketing	11
Limpeza	14
Educação	36
Bancos	15
Setor público	44
Segurança e militares	13
Trabalhadores informais	37
Outros	32
Não completo	64

Número de Cerest que desenvolve programa especial por risco

Risco	Número de Ce
Agrotóxicos	65
Amianto	29
Benzeno	36
Mercurio	3
Chumbo	5
Trabalho infantil	63
Máquinas	37
Quedas	22
Outros	26
Não completo	87

Número de Cerest por Unidade da Federação que desenvolve programa para o Trabalho Rural

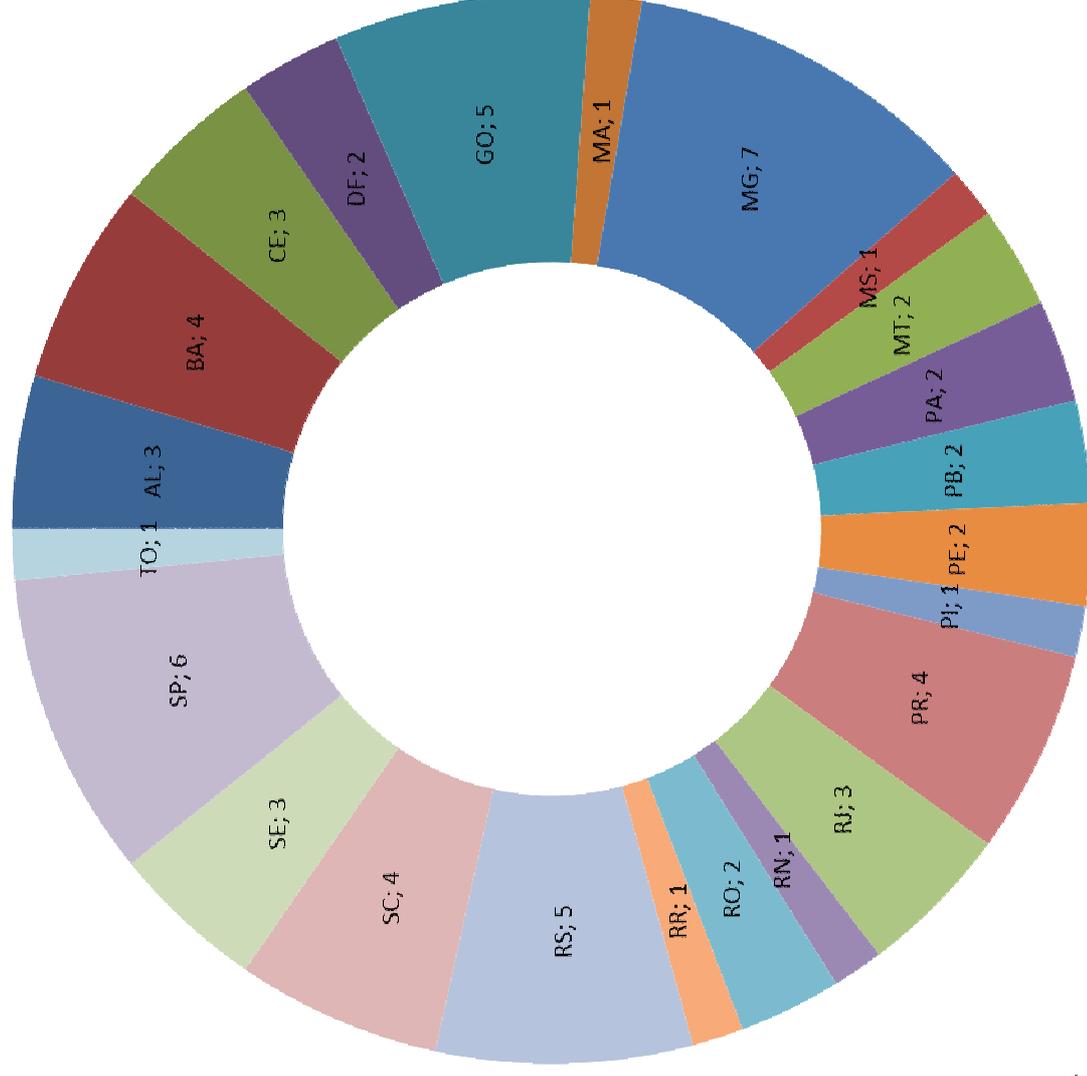


Total = 68

Cerest que desenvolvem programas para o Trabalho Rural

AC	Estadual do Acre	PE	Regional de Ouricuri
AL	Estadual de Alagoas	PI	Estadual do Piauí
AM	Estadual do Amazonas	PI	Regional de Bom Jesus
AM	Regional de Tefé	PR	Regional de Londrina
BA	Regional de Jequié	PR	Regional de Curitiba (Macro Leste)
BA	Regional de Feira de Santana	PR	Regional de Curitiba
BA	Estadual da Bahia	RJ	Regional de Volta Redonda
BA	Regional de Santo Antônio de Jesus	RJ	Regional de Niterói
CE	Estadual do Ceará	RJ	Regional de Nova Friburgo
CE	Regional de Fortaleza	RJ	Regional de Nova Iguaçu
ES	Regional de São Mateus	RN	Regional de Caicó
GO	Regional de Formosa	RN	Estadual do Rio Grande do Norte
GO	Estadual de Goiás	RN	Regional de Natal
GO	Regional de Anápolis	RO	Regional Rural de Vilhena
GO	Regional de Ceres	RR	Regional Rural de Rorainópolis
GO	Regional de Goiânia	RS	Regional de Porto Alegre
MA	Regional de Imperatriz	RS	Regional de Canoas
MA	Regional de Caxias	RS	Regional de Palmeira das Missões
MA	Regional de Mata Roma	RS	Regional de Santa Cruz de Sul
MG	Regional de Poços de Caldas	SC	Regional de Chapecó
MG	Regional de Uberaba	SP	Regional de Itapeva
MG	Regional de Diamantina	SP	Regional de Amparo
MG	Regional de Contagem	SP	Regional de Batatais
MG	Regional de Belo Horizonte	SP	Regional de Registro
MG	Regional de Ipatinga	SP	Regional de Franco da Rocha
MS	Regional Rural de Campo Grande	SP	Regional de São José dos Campos
MT	Regional de Colíder	SP	Regional de Ilha Solteira
MT	Regional Rural de Primavera de Leste	SP	Regional de Araraquara
PA	Regional de Altamira	SP	Regional de Jundiáí
PB	Regional de Campina Grande	SP	Regional de Guarulhos
PB	Estadual da Paraíba	SP	Regional de Presidente Prudente
PE	Regional de Petrolina	SP	Regional de Campinas
PE	Regional de Cabo de Santo Agostinho	SP	Regional de São Paulo – Mooca
PE	Estadual de Pernambuco	TO	Estadual do Tocantins
Total = 68			

Número de Cerest por Unidade da Federação que desenvolve programa para Agrotóxico



Total = 65

Cerest que desenvolvem programas para Agrotóxico

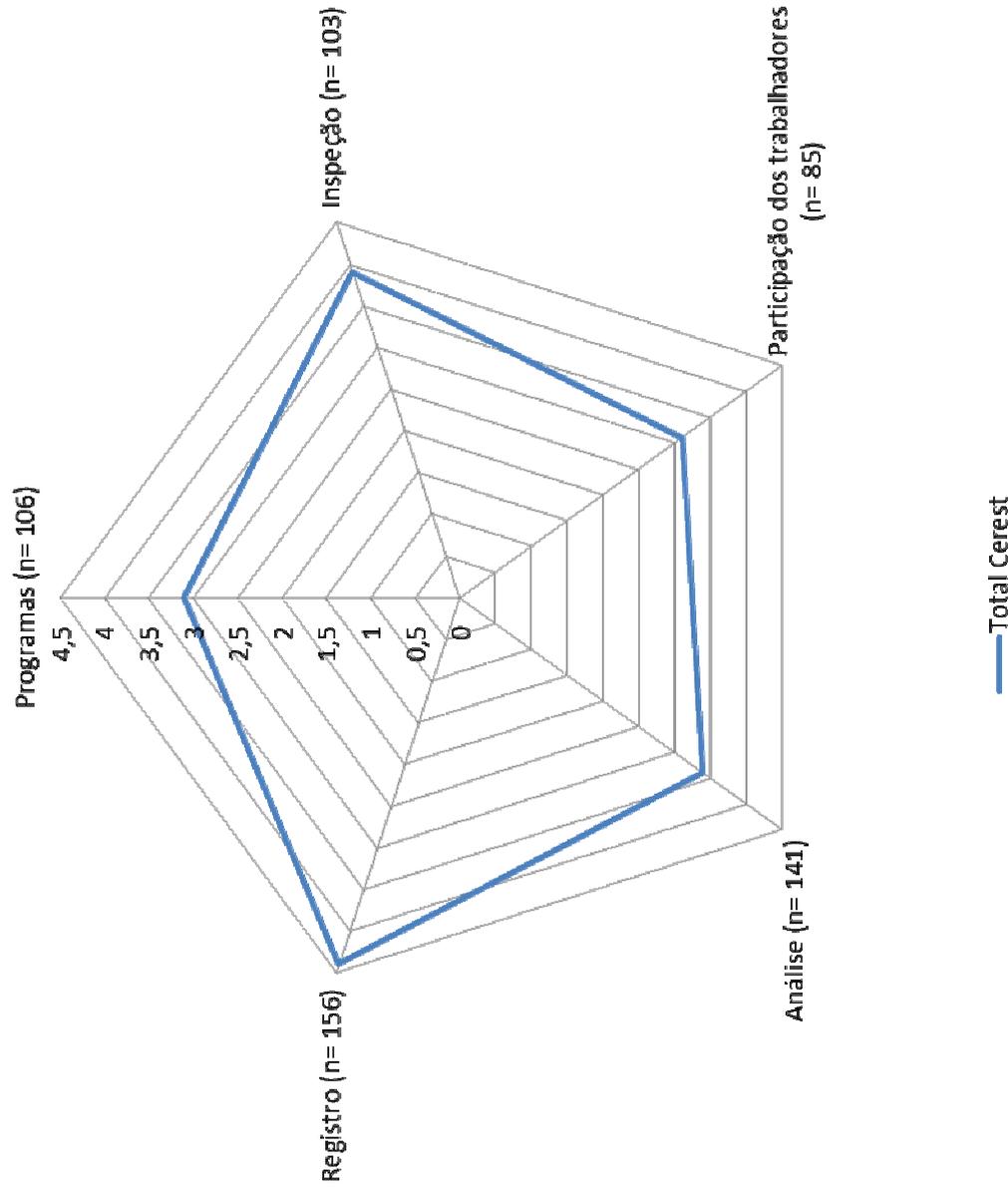
AL	Estadual de Alagoas	PE	Regional de Caruaru
AL	Regional de Santana de Ipanema	PI	Estadual do Piauí
AL	Regional de Maceió	PR	Regional de Cianorte
BA	Regional de Itaberaba	PR	Regional de Cascavel
BA	Regional de Vitória da Conquista	PR	Estadual do Paraná
BA	Regional de Camaçari	PR	Regional de Apucarana
BA	Estadual da Bahia	RJ	Regional de Volta Redonda
CE	Estadual do Ceará	RJ	Regional de Resende
CE	Regional de Quixeramobim	RJ	Regional de Três Rios
CE	Regional de Aracati	RN	Estadual do Rio Grande do Norte
DF	Estadual do Distrito Federal	RO	Regional de Cacoal
DF	Regional de Sobradinho (Norte)	RO	Estadual de Rondônia
GO	Regional de Formosa	RR	Regional Rural de Rorainópolis
GO	Estadual de Goiás	RS	Regional de Ijuí
GO	Regional Rural de Rio Verde	RS	Regional de Alegrete
GO	Regional Rural de Itumbiara	RS	Estadual do Rio Grande do Sul
GO	Regional de Goiânia	RS	Regional de Caxias de Sul
MA	Regional de Mata Roma	RS	Regional de Santa Cruz de Sul
MG	Regional de Barbacena	SC	Regional de Joinville
MG	Regional de Sete Lagoas	SC	Regional de Lages
MG	Regional de Passos	SC	Estadual de Santa Catarina
MG	Regional de Andradas	SC	Regional de Criciúma
MG	Estadual de Minas Gerais	SE	Regional de Aracaju
MG	Regional de Governador Valadares	SE	Regional de Lagarto
MG	Regional de Betim	SE	Regional de Canindé de São Francisco
MS	Estadual do Mato Grosso do Sul	SP	Regional de Registro
MT	Regional Rural de Sinop	SP	Regional de São Paulo - Santo Amaro
MT	Estadual do Mato Grosso	SP	Regional de Jundiá
PA	Regional de Santarém	SP	Regional de Guarulhos
PA	Estadual do Pará	SP	Regional de Presidente Prudente
PB	Regional de João Pessoa	SP	Regional de Bauru
PB	Estadual da Paraíba	TO	Estadual do Tocantins
PE	Estadual de Pernambuco		Total = 65

Indicadores Brasil - Vigilância

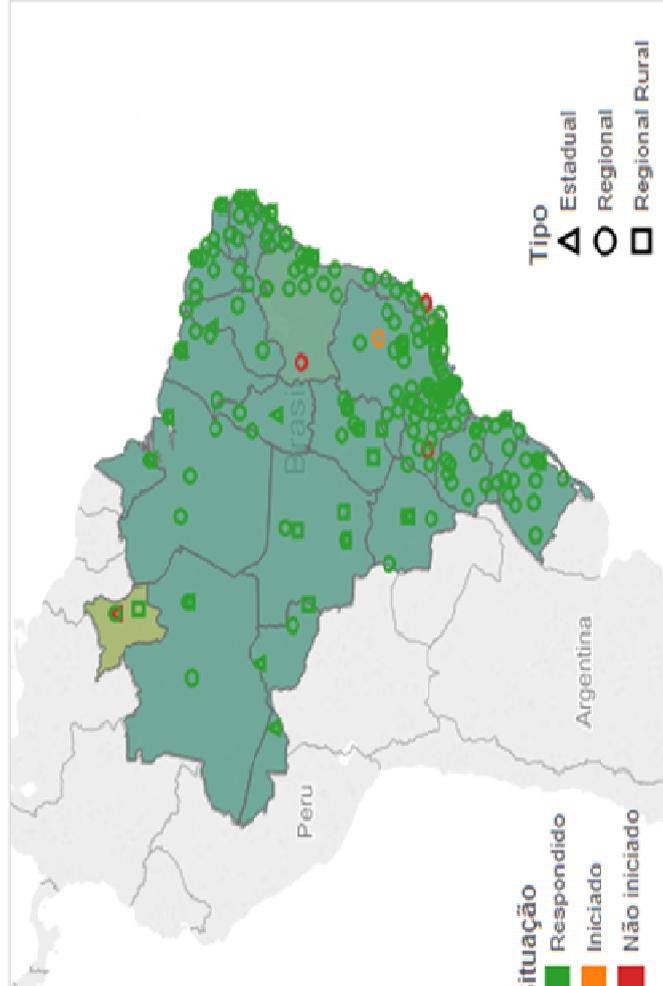
- Percentual de Ceresst desenvolvendo Ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador. **Passando de 61,24% em 2013/2014 para 100% em 2015.**
- Percentual de Ceresst desenvolvendo Produção e Análise de Informação sobre o Perfil Produtivo da área de abrangência. **Passando de 32,5% em 2013/2014 para 50% em 2015.**
- Percentual de Ceresst desenvolvendo Produção e Análise a partir de Dados Demográficos da área de abrangência. **Passando de 25,8% em 2013/2014 para 50% em 2015.**
- Percentual de Ceresst desenvolvendo Produção e Análise de Dados Epidemiológicos de Morbimortalidade da área de abrangência. **Passando de 35,4% em 2014 para 60% em 2015.**
- Percentual de Ceresst desenvolvendo Programas Especiais por Agravo, por Risco ou por Tipo de Atividade/Setor Produtivo. **Linha de base 2014 - 31,1%.**
- Número de Unidade Sentinela em Saúde do Trabalhador por doença/agravo Relacionado ao Trabalho (Não existe linha de base).

Avaliação dos componentes da ação de VISAT, respostas dos Cerest ao 2º Inventário RENAST-2010/2011.

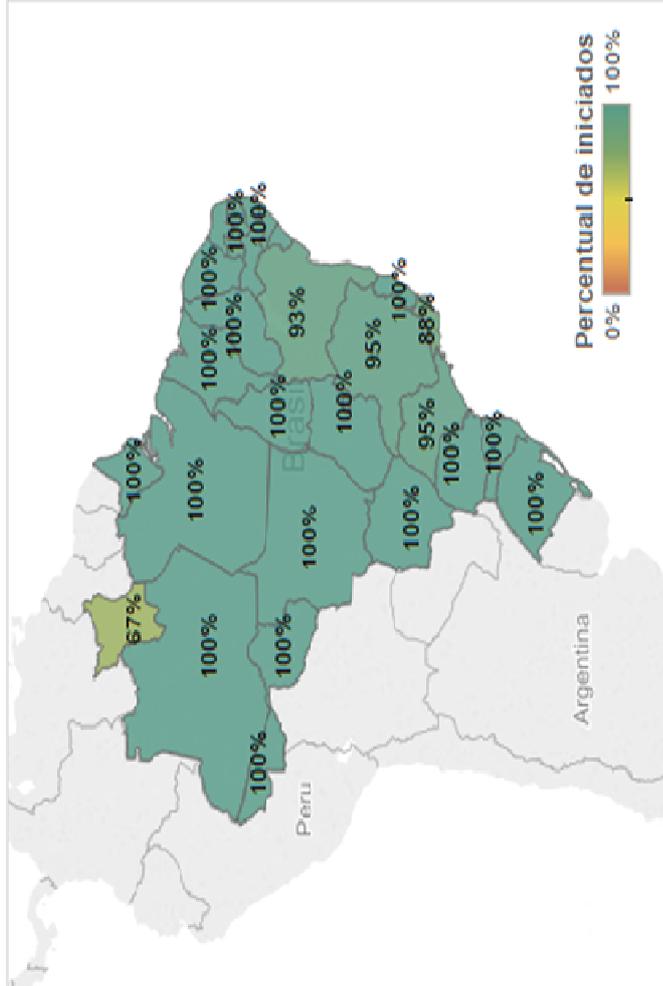
Total Cerest



Percentual de iniciados e situação de CERESTs



Percentual de respondidos



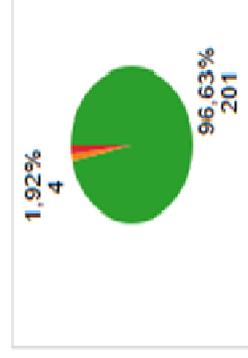
Situação de envio

UF	Situação do questionário		Total g
	Iniciado	Não iniciado	
AC	1		1
AL	4		4
AM	3		3
AP	2		2
BA	14	1	15
CE	9		9
DF	3		3
ES	4		4
GO	7		7
MA	5		5
MG	19	1	20
MS	4		4
MT	5		5
PA	6		6
PB	4		4
PE	9		9
PI	4		4
PR	10		10
RJ	14	1	15
RN	4		4
RO	3		3
RR	2	1	3
RS	12		12
SC	7		7
SE	3		3
SP	41	1	42
TO	2		2
Total geral	201	3	204

Evolução de respostas



Percentual de envio



Questionário da Renast 2014/2015

Itens que compõem as ações de VISAT

Análise de dados sobre perfil produtivo

Análise dos dados epidemiológicos de morbimortalidade

Inspeções de ambientes e processos de trabalho

Apoio matricial das ações de VISAT junto a serviços da rede

Participação dos trabalhadores no planejamento, na execução ou avaliação das ações de VISAT

Das 208 Cerest, 198 responderam a questão de Visat. Destes, 186 estão em funcionamento.

Sanitária

um conjunto de a es capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos   saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produ o e circula o de bens e da presta o de serviços de interesse da saúde, abrangendo o controle de bens de consumo compreendidas todas as etapas e processos, da produ o ao consumo, o controle da presta o de serviços que se relacionam diretamente com a saúde (BRASIL, 1990a).

Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde do Trabalhador

VISA + VISAT = 1679 municípios 30,2 %
em 8 estados GO, MG, SP, SC, RN, ES, PI e SE e n
DF.

n 268 municípios o responsável pela vigilância sanitária
também responsável por todas as áreas de Vigilância
em Saúde (IBGE)*

Obrigado

Jorge Mesquita Huet Machado
Jorge.huet@saúde.gov.br